

## **Terminologias em construção: procedimentos metodológicos**

Maria da Graça Krieger  
TERMISUL-UFRGS, UNISINOS

### **1- A proposição**

A Terminologia é uma área de conhecimentos e de práticas, cujo principal objeto de estudos teóricos e aplicados são os termos técnico-científicos. Em sua face teórica, a Terminologia ocupa-se da descrição da gênese e dos modos de constituição e funcionamento das unidades lexicais especializadas. Estas são assim denominadas porque se constituem e são utilizadas no âmbito de atividades profissionais especializadas, cumprindo a missão de veicularem conceitos próprios de cada área do conhecimento.

No plano aplicado são desenvolvidos, basicamente, trabalhos de produção de glossários de diferentes áreas temáticas, de dicionários especializados e de bancos de dados de terminologias. Em geral, estas obras de referência são bi ou multilíngües, posto que a comunicação da ciência e das técnicas têm maior alcance quando plurilíngües.

De longa data, o Canadá, tem consciência do importante papel que as obras de referência especializada desempenham como instrumentos facilitadores da comunicação, especialmente entre falantes de línguas diferentes. Nas palavras de Jean-Claude Boulanger, “o saber é feito para circular”. (Boulanger, 2001:13). Daí a forte presença desse tipo de obra no Canadá, as quais sempre contemplam o francês e o inglês, as duas línguas oficiais do país.

Diferentemente, o Brasil é ainda carente de glossários, dicionários especializados e bancos de terminologia. No entanto, vários trabalhos já foram e estão sendo realizados, orientados pelo mesmo princípio de atender a necessidades de comunicação no plano do conhecimento especializado.

Ao contrário do que, muitas vezes, se imagina a produção de instrumentos terminográficos é complexa. Ela não se resume a uma atividade puramente pragmática, pois exige uma série de princípios teóricos e metodológicos. De igual modo, a identificação da terminologia de uma área requer o exame de um conjunto de elementos que corroboram o valor terminológico de uma unidade lexical.

Neste trabalho, objetivamos apresentar alguns desses princípios, os quais consideramos relevantes para a elaboração de instrumentos terminográficos, conforme exemplificaremos com a identificação e o tratamento da terminologia da gestão ambiental. Esta terminologia está sendo repertoriada para fins de publicação do Glossário de Gestão Ambiental<sup>1</sup>, estruturado com equivalentes dos termos em português, em alemão, espanhol, inglês, francês.

Na realidade, o meio ambiente é um domínio multidisciplinar, ainda em construção, pois se amplia e aprofunda-se cotidianamente. Com esses dois aspectos - a metodologia

---

<sup>1</sup> O referido Glossário, em fase de conclusão, está sendo elaborado pelo Grupo TERMISUL, do Instituto de Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

e a temática ambiental - sintetizamos a idéia de terminologias em construção, que motiva o significado maior deste trabalho.

## **2- Terminologia aplicada e fundamentos teóricos e metodológicos**

Embora a Terminologia possua uma dupla face - teórica e aplicada- observamos que, mesmo sob o viés das aplicações, essa área é sempre um estudo sobre termos. Isto porque o objetivo aplicado requer que sejam observados e dimensionados os fundamentos teóricos e metodológicos necessários à identificação das terminologias e a conseqüente determinação daqueles termos que devem integrar a nomenclatura de uma obra de referência especializada.

De igual modo, o tratamento de termos, vale dizer, sua apresentação nas obras de referência tanto em nível macro, quanto microestrutural, também requer uma série de princípios que, além de aspectos teórico-metodológicos, relacionam-se à funcionalidade da obra. Isto significa atender a necessidades de consulta do usuário visado.

Nesse sentido, destacamos algumas reflexões e proposições relacionadas ao reconhecimento de terminologias. Esta é uma etapa essencial do trabalho terminográfico, especialmente no caso de áreas que não tiveram ainda seus termos repertoriados, como a gestão ambiental.

Para tanto, retomamos que a identificação terminológica exige o exame de um conjunto de fatores articuladores do termo em diferentes patamares de suas realizações cognitiva, lingüística e discursiva. (Krieger, 2004). Na realidade, cada um desses patamares oferece elementos distintos para a tarefa de reconhecimento da gênese, constituição e comportamento dos termos conforme apresentamos a seguir, de modo sintético.

Como o primeiro foco é o cognitivo, cabe analisar a pertinência temática da unidade lexical à determinada área. Neste patamar, atualiza-se a problemática do conceito, que é determinante para a identificação terminológica. A relação conceito-termo é prioritária metodologicamente, sobretudo, quando o trabalho adota a clássica perspectiva onomasiológica.

Embora aparentemente simples de resolver, a questão conceitual, atualmente, cresce em complexidade por muitas razões. Entre elas, encontra-se a polivalência dos termos técnicos, dado que estes integram várias áreas de conhecimento. Trata-se de um aspecto relacionado à multidisciplinaridade típica do conhecimento atual. Há também outros fatores como a ausência de contextos com bons enunciados informacionais e/ou definitórios em que os termos ocorrem.

A esse conjunto de fatores agregam-se as dificuldades para estabelecer as fronteiras que demarcam o conhecimento especializado. Vale dizer, a divulgação das ciências que atinge o mundo contemporâneo, bem como a relação cotidiana da sociedade com a tecnologia dificultam o reconhecimento do valor especializado de alguns termos.

O outro foco de reconhecimento terminológico – o lingüístico- tem por base a observação da constituição morfossintática e sintagmática das unidades lexicais especializadas. Isto pressupõe, na maioria das vezes, o exame dos graus de lexicalização e, conseqüentemente, das condições de fixação de uma nova unidade lexical complexa. Trata-se de identificar os limites sintagmáticos de um termo, o que se relaciona à consolidação dos elementos que o constituem. Em realidade, não é simples determinar onde inicia e onde termina um termo, considerando-se ainda as expansões que se agregam às unidades lexicais simples já consolidadas em determinada área. Esses casos

são muito comuns em áreas profissionais dinâmicas que se renovam e ampliam cotidianamente.

Além disso, muitos outros aspectos podem ser examinados sobre a constituição morfológica e sintagmática dos termos, a exemplo dos distintos formantes que constituem os termos, sobretudo, nas ciências taxionômicas. Os componentes morfológicos são elementos que funcionam como pistas para reconhecer terminologias, embora não suficientes por eles mesmos.

Na realidade, o reconhecimento terminológico é diretamente dependente dos contextos de ocorrência do termo, compreendidos como cenários comunicativos, como postulam as teorias terminológicas, de caráter lingüístico-comunicativo, a exemplo da Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999). Segundo essa teoria, e outras que se alinham nos mesmos princípios, o termo é uma unidade lexical poliédrica – cognitiva, lingüística, comunicativa – que integra, de modo intrínseco, as comunicações especializadas com todas as implicações daí decorrentes. Nessa perspectiva, os termos comportam variação denominativa, bem como conceitual, além de sinonímia.

Todos esses focos de análise, quando levados em consideração, representam uma complementaridade analítica de grande apoio ao pesquisador que realiza sua tarefa com fins terminográficos.

Nesse quadro, queremos ainda salientar a importância da adoção de algumas diretrizes que se inscrevem dentro da proposição que denominamos de Terminografia Lingüístico-Textual (Krieger & Finatto, 2004). Esta proposição desenvolve-se em consonância com as teorias que concebem o termo, em sua dimensão comunicativa, bem como de constituição poliédrica. Nessa medida, justifica-se, na análise, uma complementaridade que agrega tanto o plano, cognitivo, quanto o sistêmico e o discursivo das unidades lexicais especializadas.

Mas, neste último caso, para além das observações sobre a temática e o comportamento dos termos na direção de variações e sinonímias que as terminologias comportam, é necessário examinar o cenário comunicativo em sua complexidade constitutiva. Mais especificamente, trata-se de observá-lo não somente como domínio de saber, mas como uma comunicação especializada em que propósitos e valores estão em jogo (Krieger, 2003).

Tal pensamento encontra um paralelismo na afirmação de que:

*“Em terminologia, o sentido vai opor, certamente a palavra ao termo, especificando que a palavra está, de forma ampla, ligada ao seu ambiente textual, mas que o termo depende de seu ambiente pragmático.”* (Clas, 2004:225).

De acordo com essas visões, a identificação de um repertório terminológico não se resume à consideração pela área temática de conhecimento de que o termo participa, o que, obrigatoriamente, define seu plano conceitual, mas também importam as implicações pragmáticas que são agregadas à circulação de determinadas unidades terminológicas em alguns campos profissionais. Notadamente, este é caso de comunicações que objetivam estabelecer uma forma de ação, regulando, por exemplo, fazeres legais, normativos, administrativos, estratégicos, operacionais, entre uma ampla gama de possibilidades concretas seja em contextos, públicos seja privados.

Em síntese, domínios dessa natureza explicam por que, de acordo com a Terminografia Lingüístico-Textual, assume relevância a consideração pela constituição e as finalidades dos universos de discurso.

Tal consideração é ainda importante tendo em vista que, com frequência, os contextos de ocorrência dos termos são semanticamente vazios. Isto é também fator determinante da necessidade de olhar para o modo de estruturação da rede informacional do texto, identificando os elementos lingüísticos e pragmáticos que funcionam como pistas ou componentes ativadores do estatuto terminológico de uma unidade lexical.

### 3- Terminologia da gestão ambiental

Os princípios antes mencionados têm se revelado úteis para o trabalho terminográfico, notadamente na área jurídico-ambiental<sup>2</sup>, bem como no domínio da gestão ambiental, conforme passamos a ilustrar. Para tanto, relatamos alguns passos metodológicos adotados para solucionar problemas de reconhecimento da terminologia das normas técnicas ambientais, particularmente da série 14000 da ISO (International Standardisation Organisation)<sup>3</sup>. Essas normas constituem uma das bases bibliográficas do Glossário de Gestão Ambiental em elaboração pelo Grupo TERMISUL.

Tais normas compreendem os textos que orientam organizações públicas e privadas a desenvolverem ações que lhes permitam obter certificações ambientais. Atualmente, tal tipo de certificação é considerado elemento de qualidade, pois identificam “empresas verdes”, ou seja, aquelas que adotam o princípio do desenvolvimento sustentável. Em consequência, as empresas qualificam-se como ambientalmente corretas e assim podem agregar valor a seus produtos e a suas atividades.

A obtenção da certificação verde exige, obrigatoriamente, uma política ambiental da organização interessada. Essa política concretiza-se pela adoção de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), razão pela qual os textos normativos privilegiam os aspectos que instituem o SGA, que é assim definido:

*“processo estruturado para atingir a melhoria contínua no desempenho ambiental de qualquer organização, independente de seu porte. É uma ferramenta que permite à organização, atingir, e sistematicamente, controlar o nível do desempenho ambiental, por ela mesma estabelecida.” (ABNT 1996: 10)*

Em realidade, obter a certificação depende de um processo com várias fases e requisitos, o que leva as normas a indicarem procedimentos operacionais e pragmáticos aconselháveis, e nessa medida necessários, para que os fins sejam atingidos. Ao mesmo tempo, os textos normativos determinam os atores, suas respectivas competências e responsabilidades na política ambiental da empresa.

O reconhecimento dos termos normativos revelou-se problemático por dois motivos básicos: poucas definições explícitas e os contextos imediatos de candidatos a termos, em geral, aparecem desprovidos de informações semânticas.

---

<sup>2</sup> Fazemos menção aos trabalhos do Grupo TERMISUL ( UFRGS, Brasil) que já publicou: o Dicionário de Direito Ambiental: terminologia das leis do meio ambiente ( Krieger, Maciel, Rocha, Finatto, Bevilacqua, 1998, Editora UFRGS, MMF e o Glossário Multilíngüe de Direito Ambiental Internacional, Krieger, Maciel, Finatto, Ramos Reuillard, 2004, Editora Forense)

<sup>3</sup> O relato tem por base o trabalho de Juliana Padilha, bolsista de Iniciação Científica do TERMISUL, responsável pelos equivalentes em língua espanhola. Como parte de sua atuação na pesquisa, pesquisou, com meios informáticos, a frequência de elementos lingüísticos nas normas de língua espanhola, em que os verbos *poder e deber* foram preponderantes. A partir daí, sob nossa orientação, realizou o trabalho “Uso de *poder e deber* no reconhecimento terminológico e na apreensão de implicações semântico-pragmáticas”, apresentado em Salão de Iniciação Científica da UFRGS.

Para proceder à identificação terminológica, dois tipos procedimentos metodológicos foram adotados: um, de caráter operacional, relacionado à utilização de ferramentas informatizadas para agilizar a pesquisa, seguindo a Linguística de Corpus; e o outro, de caráter teórico, que buscou a identificação do propósito central dos textos normativos ambientais, seguindo a Terminografia Linguístico-Textual.

A aplicação informática, realizada nos textos em espanhol das normas sobre o SGA, revelou alta frequência dos verbos modais auxiliares *deber* (175) e *poder* (152), (Padilha, 2003). Foi utilizado o Programa informático *WordSmith Tools*, com sua ferramenta, *Concordance*. Através dela, foram também identificados e examinados todos os contextos de ocorrência dos dois auxiliares modais em um *corpus* que totaliza um conjunto de 26.638 palavras.

Sem o objetivo de descrever a totalidade das etapas realizadas no percurso de identificação terminológica, aqui destacamos que os verbos funcionaram como pistas lingüísticas para a extração de novos termos. A análise de seus contextos de ocorrência evidenciou que muitos apresentavam implicações semântico-pragmáticas. Isto é, indicavam deveres e qualificações dos *sujeitos*, *objetos* e *processos*, responsáveis e integrantes do sistema de gestão ambiental.

Isso se explica tendo em vista que no universo normativo da gestão ambiental, coexistem dois componentes básicos:

- a) a relação dos atores responsáveis pela implantação do SGA e suas respectivas responsabilidades;
- b) a descrição de procedimentos e estratégias recomendáveis para a implantação de um bem sucedido SGA.

Esses dois componentes explicam e mesmo justificam a alta frequência dos dois verbos modais auxiliares. Mais ainda, permitem ver que as normas equivalem a uma receita de boa conduta, em que *o dever, em geral*, tem um valor deôntico, mas também indica elementos e procedimentos necessários para se chegar a um bom resultado. Já *o poder* é uma modalidade que caracteriza a possibilidade. Neste caso, um adequado e pertinente direcionamento de ação.

Assim, pelo viés da relação entre os entes, as responsabilidades, os elementos integrantes do SGA e as formas obrigatórias e aconselháveis de ação para o sucesso da política ambiental de uma organização, definiram-se os termos integrantes da comunicação normativa da gestão ambiental. A tarefa foi, dessa forma, concluída, quando cruzaram-se as pistas lingüísticas com os propósitos das normas da série ISO 14.000, os quais estavam refletidos nas implicações semântico-pragmáticas.

Por outro lado, essas implicações, expressando atribuições de responsabilidade e de orientação para um fazer qualificado, funcionaram também como fundamentos para o tratamento dos termos. Exemplificamos essa perspectiva com o termo *alta dirección* e seu contexto de ocorrência:

*“La alta dirección de la organización debe, a intervalos que ella misma determine, revisar el sistema de gestión ambiental, para asegurar su continua aptitud, adecuación y eficacia.”* (UNIT 1996: 11).

Com base nesse contexto informativo, foi proposta a seguinte definição para o termo “alta direção”: Instância administrativa responsável pela revisão do sistema de gestão ambiental de modo a assegurar sua continua aptidão, adequação e eficácia.

Tal como se observa, a definição acima foi estruturada sobre o eixo da responsabilidade da alta direção de uma organização e, não sobre o conceito clássico, de

instância diretiva maior. Neste caso, é importante selecionar o núcleo central da informação a ser oferecida ao usuário. Dessa forma, o tratamento dicionarizado dos termos, quanto sua identificação manteve a relação com os propósitos das normas ambientais.

Ao modo de algumas considerações finais, registramos ainda que nem sempre o conceito é o único parâmetro para identificar o valor de uma unidade lexical especializada e sim, a implicação pragmática envolvida no conteúdo semântico do termo. Este aspecto está intimamente relacionado a determinados âmbitos de ação profissional, que não se instituem, em primeiro plano, sobre a modalidade epistêmica, mas sobre outras modalidades, como é o caso da gestão ambiental.

Em realidade, grande parte da terminologia da gestão ambiental, contemplada nas normas ISO referentes ao Sistema de Gestão Ambiental, fundamenta-se sobre as modalidades deônticas e aléticas. No entanto, a dimensão cognitiva primeira dos termos administrativos não é negada, fica apenas suspensa em favor do privilégio à expressão dos propósitos pragmáticos que animam a regulamentação das formas de instituir o Sistema que permita o alcance da certificação verde.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOULANGER, J.C. Convergências e divergências entre a lexicografia e a terminografia. IN: LIMA, M.S.& RAMOS, P.C. *Terminologia e ensino de segunda língua*, orgs. Porto Alegre:NEC, ABECAN,2001.
- CABRÉ, M.T. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra,1999.
- CLAS, A. A pesquisa terminológica e a formulação de parâmetros em função das necessidades dos usuários. In: ISQUERDO, A.N. & KRIEGER, M.G. orgs. *As ciências do léxico*. Vol.II. Campo Grande: Editora UFMS, PPGLetras-UFRGS, 2004.
- KRIEGER, Maria da Graça. A interface semiótica/terminologia no dicionário jurídico-ambiental Termisul. In: OLIVEIRA, A P.S & ISQUERDO, A .N. *As ciências do léxico*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.
- \_\_\_\_\_. (2003) *Terminografia jurídica: princípios e textualidade*. In: ANAIS XVII Encontro Nacional da ANPOLL . Gramado: 2002 (divulgação em CD)
- \_\_\_\_\_. *Do reconhecimento de terminologias: entre o lingüístico e o textual*. IN: ISQUERDO, A.N. & KRIEGER, M.G. orgs. *As ciências do léxico*. Vol.II. Campo Grande: Editora UFMS, PPGLetras-UFRGS.
- KRIEGER, M. G. & FINATTO, M.J.B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PADILHA, Juliana Santos. *Uso de poder e deber no reconhecimento terminológico e na apreensão de implicações semântico-pragmáticas*. In: XV Salão de Iniciação Científica, UFRGS, 2003.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (1996) *Sistemas de gestão ambiental – Especificação e diretrizes para uso*. NBR ISO 14001. Brasil.
- Instituto Uruguayo de Normas Técnicas (UNIT). (1996) *Sistemas de gestión ambiental- Especificaciones con orientación para su uso*. ISO 14001. Uruguai.